



Maria Bastos Ribeiro

Consciência crítica, competência multicultural e deteção de microagressões

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Joana Cabral

fevereiro 2023



Maria Bastos Ribeiro

**Consciência crítica, competência multicultural
e deteção de microagressões**

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto
Para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde
Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto
No dia 14/02/2023, perante o júri seguinte:

Presidente: Professor Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva
Por delegação da Diretora do Ciclo de Estudos

Arguente: Professora Doutora Dulce Patrícia Vale de Vasconcelos Pinto

Orientadora: Professora Doutora Joana Maria Barreto Ramos de Almeida Cabral

fevereiro 2023

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

Agradeço incondicionalmente aos meus pais e avós maternos, pelo apoio, sustento, ternura e confiança. Sem eles não poderia ter chegado até aqui, mas também não teria sequer tido ferramentas para sonhar. Os sonhos são partilhados, acredito eu. Não sei se existirá forma de lhes agradecer uma ínfima parte que seja desta entrega. Doaram e perderam para que eu crescesse, não existe fonte fecunda de amor possível para louvar este ato.

Agradeço também ao Alcino, pela paciência e palavras de conforto durante os últimos quatro anos. Agradeço-lhe por transformar as crises em momentos de amor incondicional, e por me ensinar tanto sobre disciplina e trabalho diário.

Agradeço à minha orientadora, professora Doutora Joana Cabral que se mostrou sempre atenta, calma e direcionada para as soluções. As duas últimas semanas deste processo mostraram-se verdadeiras provas de saúde mental, para as duas...Uma eterna gratidão.

Agradeço também às energias singelas que sempre me acompanharam, não só agora, mas perante toda a minha existência. Os seres que eu sempre digo que “seguram as pontas” e que fazem parte de mim. “Quem tem fé, tem tudo. Quem não tem fé, não tem nada”.

Por fim, agradeço a todos aqueles que nos últimos cinco anos me fizeram sentir totalmente à parte. Essa desconexão levou-me exatamente ao meu núcleo, a perceber por onde quero caminhar e quem realmente é a minha tribo. Não estava preparada para fazer essa descoberta de forma tão abrupta, mas hoje compreendo a sua necessidade.

Por agora, desejo a continuidade das descobertas.

Consciência crítica, competência multicultural e detecção das microagressões

Resumo

O presente estudo tem como objetivo explorar a associação entre a consciência crítica e a competência multicultural, explorando ainda o seu contributo para a capacidade de detecção de microagressões classistas ou étnico-raciais em contexto de psicoterapia.

Método: A amostra inclui 64 participantes, com idades entre os 19 e os 56 anos ($M = 29.5$, $DP = 10.8$), 49 (76.6%) identificadas com o género feminino, 10 (15.6%) com o masculino e 2 (3.1%) com um género não binário. O protocolo de medidas inclui: seguintes instrumentos: *Contemporary Critical Consciousness Measure* (CCCM; Diemer et. al, 2014); o *Short Critical Consciousness* (SHoCC Diemer et al., 2020); o Inventário de Desigualdade Percebida (IDP-R Cabral et al. 2018); *Cultural Competence Self-Assessment Checklist* (CCSAC Greater Vancouver Island Multicultural Society, 2012); Cenários para Detecção de Microagressões e Avaliação da Sensibilidade Multicultural; **Resultados:** Foram observados valores de significância na associação entre a consciência crítica, competência multicultural, capacidade de detetar microagressões e sensibilidade multicultural. **Conclusões:** Os resultados confirmam a importância da consciência crítica para a detecção de microagressões e sensibilidade multicultural. São discutidos os efeitos da desejabilidade social, das atitudes de *daltónicas* e das crenças meritocráticas. Releva-se o desenvolvimento de estratégias promotoras de competências multiculturais.

Palavras-chave: Consciência Crítica; Competência Multicultural; Humildade cultural; Microagressões;

Abstract

The present study aims to explore the association between the critical consciousness and multicultural competence, exploring yet its contribute to the capacity of detection of classists and ethnic-racial microaggressions in psychotherapy context. **Method:** The sample included 64 participants, with ages ranging from 19 to 56 years old ($M= 29.5$, $DP= 10.8$) 49 (76.6%) identified as female, 10 (15.6%) identified as male, 2 (3.1%) identified as non-binary, 1 (1.6%) identified as other. The protocol included the following instruments: *Consciousness Measure (CCCM)*; *Short Critical Consciousness Scale (ShoCC)*; *Perceived Inequality Inventory (IDP-R)*; *Cultural Competence Self-Assessment Checklist (CCSAC Greater Vancouver Island Multicultural Society, 2012)* *Scenarios for Microaggression Scan and Multicultural Sensitivity Assessment*; **Results:** Were observed values of significance association between critical consciousness, cultural competence, capacity to detect microaggressions and multicultural sensibility; **Conclusions:** The results confirm the importance of critical consciousness to the ability of detecting microaggressions, and multicultural sensibility. It's discussed the effects of social desirability, colour blindness attitudes, and meritocratic beliefs. It is highlighted the importance of developing strategies that promote multicultural competence

Keywords: Critical Consciousness; Multicultural Competence; Cultural Humility; Microaggressions;

ÍNDICE

REVISÃO DA LITERATURA	2
MÉTODO	11
Participantes	11
Procedimentos	11
Medidas	12
Análise Estatística de Dados.....	15
RESULTADOS	15
Análises preliminares	15
Análises de Correlação	16
DISCUSSÃO	21
CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

Revisão da Literatura

O exercício da psicologia está, como toda a sociedade, confrontado com um cenário global cada vez mais multicultural e que implica: a coexistência de diferentes culturas, línguas, ideologias e costumes numa mesma comunidade; pela coexistência e contacto entre diferentes comunidades étnicas provenientes de movimentos migratórios forçados ou voluntários; a necessidade de construção de uma sociedade inclusiva capaz de expandir o seu conceito de cultura (Canen & Oliveira, 2002; Rosas, 2007).

As sociedades europeias sempre incluíram algum grau de multiculturalidade, contudo os desafios parecem ter acrescido com o desenvolvimento para sociedades poliétnicas (Rosas, 2007). Neste seguimento, na década de 70 e 80 surgem dois grandes modelos formulados com o intuito de delinear o caminho a seguir perante as políticas públicas, face aos desafios migratórios e da multietnicidade. Um primeiro modelo denominado como “multiculturalista” defende políticas com o objetivo de salvaguardar especificidades e individualidades das minorias étnicas, nomeadamente o acesso à educação e emprego, o direito ao uso da língua e à cultura e costumes (e.g., usufruto de feriados culturais). Em claro contraste, situava-se o “antimulticulturalismo” defendendo perspetivas centrípetas, sem espaço para a diferença, perpetuando-se a ideia de que não cabe ao Estado a proteção das especificidades culturais das comunidades ou grupos minoritários, deste modo, abolindo ou diminuindo os direitos multiculturais (Rosas, 2007).

O multiculturalismo funciona como um modelo organizador ao nível político e social e que nos informa enquanto cidadãos e cidadãs sobre como agir em relação aos desafios da sociedade presente. O modelo multiculturalista constitui-se como “uma rutura epistemológica com o projeto da modernidade” (Grant, 2000; Semprini, 1999; citado por Canen & Oliveira, 2002, p. 61) ou seja, a ideia de que a humanidade evolui de uma forma homogénea e linear é, agora, substituída pela conceção de uma evolução que implica descontinuidade, diversidade e diferenciação. Na mesma medida, o multiculturalismo assume a nossa identidade como algo mutável, em crescente e constante construção, indo muito além do conceito de diversidade cultural num âmbito folclórico ou exótico, atentando-nos ao processo da própria construção das diferenças (Canen & Oliveira, 2002).

A multiplicidade de culturas poderá intensificar a sensibilidade e a dificuldade de coexistência entre culturas, etnias ou grupos, especialmente porque a preocupação e medo perante a diferença, assim como a curiosidade, são partes essenciais do processo evolutivo e adaptativo do ser humano (Kaika, 2017). Adicionalmente, no contexto de sociedades mais intensamente hierárquicas e desiguais, bem como em momentos de crise, a conflitualidade e competitividade entre grupo tende a aumentar, intensificando-se as experiências de racismo, xenofobia, estigma, heterossexismo, homofobia e preconceito de classe (Kaika, 2017; Major & Schamader, 2017).

O impacto do ambiente social, económico e político assim como os registos relevantes e subtis de discriminação, impactam e moldam a saúde mental das pessoas, ultrapassando-se a exclusividade dos fatores externos (e.g. como a pobreza ou a desigualdade educacional), mas também se origina situações de psicopatologia grave e suicídio (Wahlbeck et al., 2017). As duas realidades caminham de mão dada, funcionando como um padrão cíclico, em que situações de pobreza e oportunidades desiguais aumentam os riscos de desenvolvimento de psicopatologia grave e suicídio; assim como pessoas com problemas de saúde mental graves tem maior tendência a sofrer de pobreza, e discriminação na maneira como são tratadas e integradas em sociedade (Wahlbeck et al., 2017).

Os contextos adversos, à medida que intensificam e tornam ainda mais vulneráveis as pessoas a estas experiências, aumentam o desenvolvimento de mecanismos de defesa, comportamentos autodestrutivos, e perda de controlo emocional (Vines et al., 2017). Um estudo realizado por Wahlbeck e colegas (2017) revela que é necessário investir em serviços de apoio que identifiquem eficazmente os grupos em risco (e.g. como pessoas em situação de sem-abrigo), e que se desenvolva estruturas e serviços ao nível comunitário, especialmente pelas suas fragilidades e precariedades atuais.

Ainda nesta vertente, é detetada uma insuficiência e ineficácia geral das intervenções disponíveis para clientes de minorias étnicas e raciais, evidenciando-se disparidades dos outcomes terapêuticos entre clientes culturalmente e hierarquicamente distintos, resultante do reconhecimento, por parte dos/as profissionais de saúde mental, em desenvolver um maior foco na multiculturalidade. Parte deste desajuste nas respostas para pessoas racializadas resulta da dificuldade em compreender as suas

dificuldades e o desenvolvimento das suas identidades no contexto da opressão e marginalização a que estão sujeitas (Hook & Davis, 2019; Shin et al. 2016).

A desigualdade persiste à medida que as ideologias dominantes continuam instaladas no nossos sistemas estrutural- seja económico, político, histórico ou educacional- e se revestem de formas opressoras de agir sobre as comunidades, segregando grupos, e colocando especificamente certos indivíduos em desvantagem, sendo que Portugal, em relação a outros países europeus, não acompanha a investigação nesta temática (Cerqueira et al, 2021).

A necessidade do um acompanhamento terapêutico das populações minoritárias e vítimas de desigualdade, por parte dos/as profissionais clínicos/as de saúde e saúde mental, que não perpetue continuamente a sua experiência de marginalização, é imperativa. As propostas no âmbito das terapias transculturais encorajam, portanto, os/as terapeutas: a questionarem e a compreenderem o seu próprio *background* cultural e a sua influência sobre as suas atitudes, valores e crenças (consciência cultural); à tomada de perspetiva sobre as crenças e mundivisão de pessoas culturalmente diferentes (reconhecimento do *background*); e ao estudo e desenvolvimento de novas estratégias culturalmente apropriadas à diversidade (estratégias de adaptação) (Hook *et al.*, 2013). Alguma literatura aponta que o emparelhamento racial e étnico entre terapeuta e paciente, assim como uma maior capacidade do terapeuta em reconhecer e ultrapassar os seus próprios estereótipos, pode originar melhores resultados terapêuticos. Contudo, existem ainda estudos que refletem que as semelhanças étnicas e raciais não originam, obrigatoriamente, melhores *outcomes* (Cabral & Smith, 2011).

Burkard & Knox (2004) em linha com as terapias transculturais, e sublinhando a importância do reconhecimento e da compreensão por parte do terapeuta, das várias nuances inerentes ao trabalho com clientes culturalmente diversos de si, retratam a importância magna de identificar e compreender o efeito do racismo em psicoterapia. Comportamentos raciais, ainda que subtis, por parte do terapeuta em relação a clientes etnicamente diversos explicam alguns dos resultados disparos encontrados sobre *outcomes*, na medida em que alguns estudos apontam para níveis de psicopatologia desvalorizados; prognósticos sobrestimados e que o envolvimento destes clientes em tratamentos é menor (Burkard & Knox, 2004). Avaliar com precisão em que medida os terapeutas enviesam a recolha e integração da informação cultural dos seus clientes, é complexo pela escassez de medidas cientificamente validadas e eficazes, e que

consigam contornar efeitos de desejabilidade social, nomeadamente em medidas de autorrelato ou autorresposta (Burkard & Knox, 2004).

Como descrito por Phillips (2009) é fundamental alcançar a igualdade através do reconhecimento pela diferença, ao invés de nos focarmos no processo de eliminação da desigualdade, unicamente (Cerqueira et al, 2021). Negligenciar a existência da diferença, especialmente, o reconhecimento da raça e do racismo, contribui para a manutenção de uma sociedade monocultural perpetuando a existência ilusória de justiça entre grupo, e a identificação da cultura e superioridade branca como património, e caminho para o desenvolvimento (Johnson & Williams, 2014). A cor de pele determinou-se numa marca específica de origem, e de pertença hierárquica e social, originada pela ordem escravocrata, estipulando-se condições de prestígio e construção de grupos sociais (Souza & Duarte, 2020). A inconsciência do privilégio racial ocorre ao nível individual e institucional, através de grupos liderantes que perpetuam a negação da existência de vantagens raciais, assim como de vieses discriminatórios, estigma promulgado, mas também por constituírem maioritariamente um grupo de liderança e privilégio branco (Johnson & Williams, 2014).

A humildade cultural que corresponde a uma posição de respeito e consideração pelo outro, relevou-se uma mais-valia em cuidados culturalmente responsivos (Lee & Haskins, 2021). Pessoas com maior humildade cultural detêm uma visão mais precisa sobre si mesmas e são mais capazes de manter uma posição descentralizada de si mesmas, mais orientada para o outro, privilegiando uma autorreflexão ativa, posicionando-se de forma culturalmente aberta, mostrando-se disponíveis e curiosas a compreender a visão do mundo do outro, e desenvolvendo um estado de presença (Hook *et al.*, 2013; Lee & Haskins, 2021).

Alguns estudos apontam que clientes de grupos minoritários, sentem que recebem menos informação sobre as condições do seu tratamento; menos reforço positivo e validação; e menos comunicação verbal, sendo por isso, importante cuidar da relação terapêutica considerando as dinâmicas interculturais, e processos contratransferenciais, aplicando um estado ativo de humildade cultural e prestando especial atenção pela linguagem usada em contexto psicoterapêutico, essencialmente porque a literatura retrata a existência de cinco principais preditores de erros comunicativos e linguísticos, sendo eles: as diferenças culturais nos modelos explicativos de saúde e doença; as diferenças de valores culturais; as diferenças pela

preferência do tipo de relação terapêutica; (seja ela num formato mais diretivo, ou não); o racismo; os vieses perceptuais e as barreiras linguísticas (Stubbe, 2020).

Segundo pesquisas de Hook et al (2013) promovendo a reflexão sobre a sua própria cultura e superando assunções sobre a cultura do outro, assim como sobre as suas limitações de compreensão sobre a perspectiva do outro de forma geral, a humildade cultural está associada positivamente à manutenção da aliança e da relação terapêutica, bem como, à melhoria da sintomatologia, especificamente (Hook & Davis, 2019).

Mediante esta situação, compreender como grupos minoritários e oprimidos tomavam consciência das suas vivências parecia ser o caminho mais acertado para a resolução das dinâmicas opressoras e do seu impacto, sendo assim, a consciência crítica diz respeito à capacidade de fazer uma análise sobre os vieses pessoais ou preconceitos devido à carência de informação sobre outros/as e grupos (Latting, 1990) e sobre os estereótipos ou generalização da informação sobre um dado grupo (Diemer et al. 2015; Pitner & Sakamoto, 2005). Paulo Freire (1970) considerou a consciência crítica como a habilidade de analisar e desafiar as opressões criadas pelos sistemas estruturais e sociais vividos pelas comunidades e pessoas marginalizadas (Lee & Haskins, 2021).

As pessoas que compreendem que a sua experiência social pode mudar, assim como as perspectivas e assunções culturais, tornar-se-ão menos constrangidas pelas suas experiências e identidade social (face à ameaça de identidade social), criando maior consciência crítica, um espaço de menor influência negativa, e mais atitudes como *agentes* nos seus objetivos (Cadena et al., 2019; Lee & Haskins, 2021;).

O nível de consciência crítica reflete-se na *quantidade* e *variedade* de diferença que as pessoas são capazes de identificar e gerir, quantidade e variedade que é dependente da identidade e do quadro pessoal e cultural de valores. O processamento da informação, de cada um, é realizado de forma a manter a consistência com o sistema de crenças dominante ou com o que a pessoa se identifica e, por isso, o processamento de informação por parte dos/as terapeutas também é influenciado pelos fatores históricos, políticos, sociais e culturais em que socializam e que poderão contribuir para as dinâmicas de poder.

É essencial sublinhar que conhecer e reconhecer a diferença não é suficiente para o desenvolvimento da consciência crítica, sendo que esta funciona unicamente como uma ferramenta basilar. A consciência crítica inclui assim componentes cognitivos,

afetivos e comportamentais, que permitam um questionamento sobre como os vieses, as crenças e as assunções culturais afetam a forma como percebemos e interpretamos a diversidade e as dinâmicas de poder (Pitner & Sakamoto, 2005). A faceta comportamental é fundamental pela funcionalidade prática (Pitner & Sakamoto, 2005).

À medida que os estudos na área da consciência crítica e do seu impacto em psicoterapia evoluem, parece mostrar-se fundamental o autoquestionamento do poder e da opressão na díade terapeuta-cliente (Pitner & Sakamoto, 2005). É esperado que a consciência crítica permita a capacidade de renunciar à posição de poder por parte do/a terapeuta, para que seja possível criar uma aliança que contribua positivamente para a relação terapêutica. Os/as terapeutas deverão ainda colocar em prática ações que diminuam a injustiça ou que atenuam e reparam os seus impactos (Pitner & Sakamoto, 2005).

Os desafios para uma prática de intervenção multicultural implicam profissionais de saúde e de saúde mental, cada vez mais conscientes e responsivos à diversidade cultural e às experiências que decorrem das desigualdades sociais. Os/as psicoterapeutas tendem a ser mais sensíveis às atitudes discriminatórias, contudo esta sensibilidade parece ser frequentemente inconsistente em contexto terapêutico (Spengler et al., 2016). O conceito de competência cultural integra a capacidade de ser consciente e sensível a uma realidade humana diferente da sua, independentemente da própria identidade e da norma cultural de referência, assim como de “aprender a perceber as contradições sociais, políticas e económicas” e de “tomar ação contra os elementos opressores da realidade” (Brown, 2009; Freire, 2000, p.35 citado por Diemer et al. 2015), composta assim por três principais domínios de consciência (*awareness*), conhecimento (*knowledge*) e capacidade (*skills*) (Johnson & Williams, 2014).

Sem descurar do valor do conhecimento prévio das comunidades minoritárias (das suas culturas e valores) da consciência pessoal e das suas autorreflexões é imperativo que os profissionais se mantenham não só humildes culturalmente, mas também dispostos a abrir mão da falsa segurança dos estereótipos (Tervalon & Murray-García, 1998). Investigadores e formadores da área multicultural não se devem limitar unicamente a estimular uma prática intelectual das culturas, e um estudo meramente explicativo sobre a diversidade, mas sim desenvolver processos de envolvimento pessoal, de autocritica e autoanálise (Tervalon & Murray-García, 1998). Nos últimos anos têm sido colocados em prática, discussões de grupo; registos pessoais (*personal*

journals); validação e estruturação de modelos profissionais a seguir; observação de vídeos e elaboração de feedback, assim como introspecções individuais guiadas por especialistas e formadores, com o intuito de desenvolver mais competências multiculturais (Tervalon & Murray-García, 1998).

Como mencionado previamente, apontado por Paulo Freire (1970) os sistemas sociais e estruturais são formas opressoras e discriminatórias sobre a própria comunidade, contribuindo para a categorização e estigmatização de características individuais e contextuais (Major & Schmader, 2017). O estigma e o estereótipo tornaram-se dimensões fundacionais da exclusão, da evitação e do isolamento social de certos grupos (Major & Schamer, 2017). Reveste-se a importância destes conceitos, pelo seu impacto na saúde mental deste grupos, nomeadamente pelos sentimentos de abandono, desvalorização, vergonha e medo, assim como pelo desenvolvimento de um estigma promulgado praticado também em políticas a nível institucional (Major & Schamer, 2017).

As instituições são, portanto, também estruturas a que devemos garantir o desenvolvimento de competências multiculturais, especificando as mesmas necessidades: mais e melhores autorreflexões, e consciência crítica. Questionarmo-nos sobre o perfil da instituição; abrir espaço para a existência de membros de culturas, raças, etnias e de orientações sexuais diversas; refletir sobre os valores ou processos que poderão estar a obstruir o cumprimento destas metas; desenvolver métodos mais específicos como avaliação documentada sobre os processos e dinâmicas que visam a competência multicultural; investir no recrutamento eficaz; identificar e contratar pessoas indicadas para desenvolver programas de promoção de valores em maior acordo com as dinâmicas multiculturais (Major & Schamer, 2017).

Nos últimos 10 anos surgiram várias propostas para dar resposta à promoção das competências multiculturais, inclusive o Modelo de Contexto Cultural, direcionado ao treino de terapeutas e desenvolvendo a sua consciência crítica, desconstruindo dinâmicas que reproduzem a opressão e dilemas culturais específicos, em contexto psicoterapêutico (Almeida et al. 2007 citado por Lee & Haskins, 2021). Os resultados desta investigação direcionada ao contexto clínico, tem demonstrado que uma atitude reflexiva, de autoquestionamento, e de compaixão diminui o risco e a ocorrência de atos de microagressão em psicoterapia (Miles et al., 2021). O conceito de microagressão como uma expressão de discriminação subtil ou encoberta e quase inidentificável, viu

ao longo dos anos a sua definição estendida a “injustiças verbais, comportamentais e ambientais comuns” (Sue et al, 2007 p. 271 citado por Miles, et al., 2021).

Sue e colaboradores (2007) definem três tipos de microagressão: a microinvalidação, quando a experiência de racismo é negada; a microagressão (no original “microassault”) quando está presente uma situação intencionalmente discriminatória, mesmo que sem o objetivo de ser ofensiva, muitas vezes justificada por uma ocorrência específica ou comportamento; e o microinsulto, quando estamos perante um comentário racista mesmo que não intencionado (Owen, J et al, 2014). Dentro dos três tipos de microagressões podem estar insultos raciais, preconceitos estereótipos sobre “raças” ou etnias, recusar ou não assumir a existência de vieses culturais ou a experiência dos grupos marginalizados face à desigualdade ou racismo (*colour blindness*), a objetificação ou esotização (Miles et al. 2021). Estes atos são maioritariamente projetados com base em narrativas ou discursos monolíticos por membros de grupos dominantes e constituem formas de marginalizar ainda mais pessoas e grupos que já detêm a sua identidade social oprimida (Miles et al. 2021).

As microagressões raciais e étnicas têm sido consistentemente associadas a *distress* psicológico e a dificuldades emocionais como a raiva, ansiedade, desorientação, e desesperança sendo que as pessoas que as experimentam tendem a experienciar este tipo de agressão diariamente em múltiplas áreas da sua vida, além da psicoterapia (Nadal et al. 2015 citado por Miles et al. 2021; Owen et al. 2014).

Estudos relatam que 53% a 81% de clientes de etnias diversas reportam terem experienciado situações de microagressão durante o processo psicoterapêutico; assim como, Shelton e Delgado-Romero estudaram uma população composta por homossexuais, lésbicas, bissexuais e *queers*, vários participantes reportam terem experienciado situações de invalidação; reações emocionais negativas, e dúvidas sobre a eficácia do tratamento (Miles et al. 2021).

A investigação sobre as microagressões em contexto de psicoterapia e aconselhamento psicológico, revelam que alguns/mas clínicos/as não conseguem detetar eficazmente esses atos e entendem as microagressões como uma forma específica de rutura psicoterapêutica (Miles et al. 2021). A investigação de Safran e colegas (2011), sublinha ser essencial que o/a cliente seja compreendido/a, que a sua experiência seja validada e tomada em consideração, não assumindo exagero, e que seja aberto um

espaço de conversa colaborativa entre terapeuta e cliente, onde os seus sentimentos são escutados e respeitados (Spengler et al., 2016). A assunção, por parte dos/as terapeutas, de que praticam microagressões em contexto psicoterapêutico parece não ser óbvia, o que poderá se dever ao facto de serem aptos/as a reconhecer os vieses dos outros, mas não percecionarem esses mesmos atos nas suas experiência pessoais (*the bias blind spot*). Para além disso, o poder social criou uma forma internalizada de discriminação e preconceito em grupos privilegiados, podendo, conseqüentemente, constituir uma forma resistente de estar e defensiva no contexto psicoterapêutico, sendo por isso importante também o terapeuta partir deste princípio, desenvolvendo um estado de humildade em relação a si e aos outros, assim como intervir na microagressão numa dinâmica centrada no cliente (Spengler et al., 2016). Inclusive, clientes pertencentes a grupos minoritários tendem a não assumir ou a não estar conscientes do impacto psicológico que estes erros clínicos originam, e com isto mantêm hesitantes a assumir (Spengler et al., 2016)

A presente investigação torna-se relevante não só pela necessidade de maior conhecimento e diretrizes práticas para o trabalho clínico com clientes culturalmente diversos/as, mas também pela implicação conseqüente nos pacientes, nomeadamente o conjunto de efeitos negativos no *outcome* psicológico. Pretende-se aprofundar o conhecimento sobre a importância da consciência crítica nos contextos de intervenção, tal como, incentivar à formação dos/as profissionais destas áreas, inovando a intervenção e interação com minorias e grupos marginalizados.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo explorar a associação entre a consciência crítica e as competências multiculturais e o impacto na sensibilidade multicultural e capacidade de detetar microagressões, em estudantes ou profissionais de áreas de intervenção social.

Consideram-se as seguintes hipóteses de investigação:

H1: Espera-se que níveis superiores de consciência crítica estejam **associados** a níveis mais superiores de competências multiculturais, de capacidade de detetar microagressões e de sensibilidade cultural;

H2: Espera-se que a associação entre as competências multiculturais e a capacidade de deteção de microagressões raciais e sensibilidade racial seja **moderada** pela consciência crítica;

H3: Espera-se que a associação entre as competências culturais e a capacidade de deteção de microagressões classistas e sensibilidade económica seja **moderada** pela consciência crítica.

Método

Participantes

O estudo contou com 64 participantes, com idades entre os 19 e os 56 anos ($M = 29,53$, $DP = 10,82$), 49 (76,6%) identificadas com o género feminino, 10 (15,6%) com o género masculino, 2 (3,1%) como não-binárias e 1 (0,7%) com um “outro” género. Relativamente à origem étnico-racial, 52 (81,3%) pessoas identificaram-se como brancas, 4 (6,3%) como negras, e 8 (12,5%) optaram por não responder à questão.

A maioria dos/as participantes concluiu o secundário ($n = 25$; 39,1%), e licenciatura ($n = 23$; 35,9%). Para os/as 37 participantes que reportam o rendimento mensal do agregado familiar este varia entre os 89.00€ a 5000.00€ ($M = 2010,78€$; $DP = 1168,4$), e cerca de 17 pessoas (26,6%) percecionam o seu estatuto económico a um nível médio/central, para além disso, apenas 10 pessoas (15,6%) dos participantes assumem participar ativamente a nível social. No que diz respeito à envolvimento com pessoas de outras culturas, a maioria da amostra apresenta pouco contacto com pessoas de diferentes culturas da sua ($n = 23$; 35,9%), e apenas 19 (29,7%) pessoas apresentam pelo menos uma amizade de outra cultura. A maioria dos/as participantes trabalha ou estuda psicologia ($n = 36$; 50%), os/as restantes trabalham nas áreas de serviço social, educação e direito.

Procedimentos

A investigação atual iniciou-se após a seleção dos instrumentos a integrar o protocolo de medida, e perante a consideração pelo código ético e deontológico português, solicitou-se uma autorização aos respetivos autores/as. A medida *Contemporary Critical Consciousness Measure* (CCCM) não se encontrava validada para a população portuguesa, sendo assim traduzido para português e testado em grupos de reflexão-falada.

A recolha de dados foi realizada através da plataforma online *Qualtrics*, disponível entre maio e outubro de 2022, e a partilha do inquérito foi realizada através de um *link* nas redes sociais, adotando como estratégia de divulgação contactos da equipa de investigação, grupos diversos nas redes sociais e a distribuição de panfletos com códigos QR em zonas movimentadas da área metropolitana do Porto.

Inicialmente, a investigação destinava-se a psicólogos/as ou estudantes de psicologia, contudo perante a escassez de participações a estrutura do estudo passou por uma atualização para um outro formato, permitindo estudar qualquer população relacionada às áreas sociais, da educação, direito e psicologia.

Os/as participantes foram informados sobre as características e objetivos da investigação e foi recolhido o prévio consentimento informado. Na apresentação do estudo esclareciam-se os procedimentos do estudo, incluindo as questões de confidencialidade e privacidade, o método, os fins do tratamento dos dados e a participação voluntária e possível desistência a qualquer momento e sem quaisquer consequências.

Para garantir o anonimato e privacidade não foram recolhidas informações que identificassem ou comprometessem a identidade dos/as participantes, garantindo ainda que única e exclusivamente a equipa de investigação responsável teria acesso à base de dados, armazenado em suporte físico. A informação sobre a aprovação do estudo pela Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica da Universidade Lusófona do Porto, foi partilhada com os/as participantes, assim como os respetivos contactos e correios eletrónicos caso surdissem questões adicionais.

De modo a se garantir uma maior confiabilidade nos resultados, foi realizada uma análise individual das respostas de cada participante, eliminando os questionários com mais de 30% de respostas nulas, formando-se um total de $n=64$ participantes.

Medidas

Inventário de Desigualdade Percebida (IDP; Cabral, Antunes, Ferreira, Moreira, Pasion, 2016, versão reduzida): para avaliar a consciência crítica, no presente estudo foram incluídos os 35 itens que avaliam a percepção sobre a desigualdade social do país, incluindo a desigualdade ao nível: dos rendimentos e retaguarda financeira; do poder de compra e qualidade de vida; do estatuto social (16 itens); da proteção social e justiça (10 itens); da mobilidade social e controlo (e.g., “2-Todos/as recebem o mesmo

valor no desempenho de funções equivalentes; 5- Todos/as têm acesso aos mesmos cuidados de saúde.)O instrumento apresenta uma escala do tipo *Likert*, de 6 valores (de 1- Discordo Totalmente a 6- Concordo Totalmente). No presente estudo foi utilizada a escala da percepção nacional de desigualdade que demonstrou um alfa de *Cronbach* .92. Médias mais elevadas indicam maior percepção da desigualdade.

Contemporary Critical Consciousness Measure (CCCM, Shin, et al., 2016): avaliação a consciência crítica, sendo composto por 19 itens e dividido especificamente de forma a avaliar a consciência crítica relacionada ao racismo (4 itens); ao heterossexismo (6 itens) e ao classismo (9 itens), exemplificando-se por “1- Todos os brancos recebem privilégios injustos na sociedade portuguesa.” O instrumento utiliza uma escala do tipo *Likert* variante entre os níveis “1- Discordo Totalmente” e “7- Concordo Fortemente”, sendo importante referir que quanto maior a pontuação maiores os níveis de consciência crítica sobre as desigualdades sociais. Relativamente à subescala associada ao racismo, é apresentado um valor de .73 de alfa de *Cronbach*; relativamente à subescala de heterossexismo um valor de .84; e relativamente à subescala do classismo é apresentado um valor de .89, neste sentido é assegurada uma adequada consistência interna. Somatórios mais elevados indicam maior consciência crítica

Short Critical Scale (ShoCCS; Diemer et al., 2020); versão portuguesa de Almeida & Ferreira, 2020): para o estudo foi usada a subescala de ação crítica (5 itens) direcionada à avaliação da participação na ação social e política exemplificando-se por “1- Participei num grupo ou organização de defesa dos direitos humanos”. Utiliza uma escala do tipo *Likert* de seis pontos (1 - Discordo Fortemente a 6 - Concordo Fortemente). Na presente investigação encontrou-se uma adequada consistência interna de .88. Níveis mais elevados indicam níveis superiores de ação crítica.

Cultural Competence Self-Assessment Checklist (CCSAC; Greater Vancouver Island Multicultural Society, 2012); para o presente estudo foram utilizadas duas subescalas, num total de 23 itens- consciência e capacidade, dividida especificamente para avaliar a competência cultural e o conhecimento cultural, exemplificando (e.g. 1- Competências sociais e profissionais, na intervenção com pessoas culturalmente diversas irrelevante; Ver a diferença/diversidade humana como algo positivo e motivo de celebração; e da outra subescala, 1- Procuo desenvolver

formas de interagir respeitosamente com pessoas ou grupos que diferem de mim). A medida utiliza uma escala do tipo *Likert* (1- Discordo totalmente a 7- Concordo totalmente). Na presente investigação encontrou-se uma adequada consistência interna de .90 para a subescala de competência, e .91 para a subescala do conhecimento.

Maiores valores pontuados, indicam maiores valores de competência e conhecimento cultural.

Capacidade de Detetar Microagressões e Sensibilidade Multicultural

(Cabral, Ribeiro, Maia, 2022): escala desenvolvida no âmbito do presente estudo com o objetivo de avaliar a capacidade de deteção de microagressões e a sensibilidade multicultural, composto por dois cenários ficcionados retratando microagressões no discurso de psicoterapeutas. A estruturação dos cenários iniciou-se através de uma breve pesquisa sobre as medidas já existentes que fossem ao encontro dos nossos objetivos prévios, dada a revisão foi encontrado um questionário sobre um vídeo representativo de microagressões étnico-raciais realizado por estudantes, contudo o vídeo não estava disponível. Neste sentido, foi realizada uma breve discussão grupal sobre quais poderiam ser os atos discriminatórios a representar e quais as situações. Desenvolvemos um cenário que especifica microagressões raciais e outro cenário de microagressões classistas numa sessão psicoterapêutica. É, ainda, importante referir que cada um destes atos aconteciam de uma forma encoberta e menos exposta com o objetivo de serem menos detetáveis, precisamente, como forma de teste à sensibilidade e capacidade de deteção dos participantes (e.g. T- *Disse alguma coisa à sua colega? Ela pode não ter feito com intenção de a incomodar. Talvez seja importante explicar-lhe que a deixou desconfortável*) representando a experiência racial invalidada; (e.g. T- *Não será verdade que as oportunidades existem?*) representando crenças meritocráticas. São incluídas duas subescalas. Uma para avaliar a capacidade de deteção de microagressões utilizando escala do tipo *Likert* de 6 pontos (“1- Nada Sensível” e “6- Muito Sensível”) e a outra a sensibilidade cultural (“1- Nada Relevante” e “6- Muito Relevante”).

Foram calculadas quatro variáveis compósitas através de médias: capacidade de deteção de microagressões raciais; capacidade de detetar microagressões classistas; sensibilidade racial e sensibilidade à condição socioeconómica. Os valores de alfa de *cronbach*, revelam-se muito bons para todas as escalas (> .89).

Análise Estatística de Dados

A análise de dados, foi realizada recorrendo ao uso do *Software IBM SPSS Statistics* para o *Windows*, versão 28. Foram realizadas análises descritivas para a caracterização da amostra e das variáveis significativas, análises de correlação e análises de mediação através da macro *Process* (versão 4.1; Hayes, 2021).

Resultados

Análises preliminares

Inicialmente analisámos os dados descritivos das variáveis em estudo, como se pode observar na tabela 1. As variáveis de sensibilidade face a discriminação racial e socioeconómica; o classismo; heterossexismo; consciência crítica sobre racismo: consciência crítica de um modo geral; e a deteção de microagressões socioeconómicas não apresentaram os valores totais da amostra, na maioria delas contanto com menos uma participação. Isto sucedeu-se porque foram eliminados os/as participantes que não tinham respondido a pelo menos 70% dos questionários. As médias mais altas são correspondentes às variáveis da consciência crítica ($M=105$), da competência ($M=73$), do conhecimento cultural ($M=64$) e do classismo ($M=48$).

Tabela 1. Médias e Desvios-Padrão das variáveis

	<i>N</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Total da Amostra (N=64)					
Consciência crítica	63	73.0	142	105	17.0
Consciência crítica	63	4.00	28.0	16.0	1.16
Racismo					
Heterossexismo	63	6.00	42.0	33.5	6.5
Classismo	63	9.00	63.0	48	11.6

Sensibilidade Racial	63	1.00	6.00	5.00	1.00
Sensibilidade Socioeconómica	63	1.00	6.00	5.00	1.00
Deteção microagressões raciais	64	1.00	6.00	4.00	1.3
Deteção microagressões socioeconómicas	61	1.00	6.00	4.00	1.00
Conhecimento cultural	64	11.0	77.0	64.0	11.0
Competência cultural	64	12.0	96.0	73.0	15.0

Nota. N = Participantes; Min = Mínimo; Max = Máximo; M = Média; DP = Desvio-Padrão.

Análises de Correlação

A fim de testar a hipótese 1, onde se espera que níveis superiores de consciência crítica estejam associados a níveis mais superiores de competências multiculturais, de capacidade de detetar microagressões e de sensibilidade cultural realizaram-se análises de correlação (Tabela 2). Os resultados da tabela 3 revelam que níveis mais elevados de consciência crítica estão associados a maiores níveis de competência multicultural, sensibilidade racial, sensibilidade económica, e classismo.

Em relação à variável da competência multicultural, está também positiva e moderadamente correlacionada com as variáveis de sensibilidade racial ($r = .281, p = <0.001$) e económica ($r = .311, p = <0.001$), significando assim que níveis mais elevados de competência multicultural estão associados a níveis mais elevados de sensibilidade racial e socioeconómica. Apresenta também uma correlação marginalmente significativa com a variável de consciência crítica sobre racismo ($r = .157, p = <0.005$). Contudo, não se encontra relacionada com nenhuma das variáveis representantes da deteção de microagressões.

Neste sentido, conseguimos perceber que as principais correlações significativas estão associadas à variável principal do estudo, consciência crítica, e que uma vez

existindo maiores níveis de consciência crítica existem maiores níveis de competências multiculturais, de capacidade de detetar microagressões raciais, socioeconómicas e de sensibilidade cultural (racial e socioeconómica).

Já a competência multicultural não se demonstra significativamente associada à capacidade de deteção de microagressões socioeconómica.

Tabela 2. *Correlações entre consciência crítica, conhecimento e competência cultural sensibilidade racial e socioeconómica, deteção de microagressões raciais e socioeconómicas*

Variáveis	1	2
Consciência crítica		
Competência cultural		
Global	.296**	
Classismo	.457**	.227*
Racismo	.231**	.157+
Heterossexismo	.261**	.491**
Sensibilidade Racial	.308**	.281**
Sensibilidade		
socioeconómica	.330**	.311**
Deteção microagressões	.252**	.094 ns
raciais		
Deteção microagressões	.180**	.068 ns
socioeconómicas		

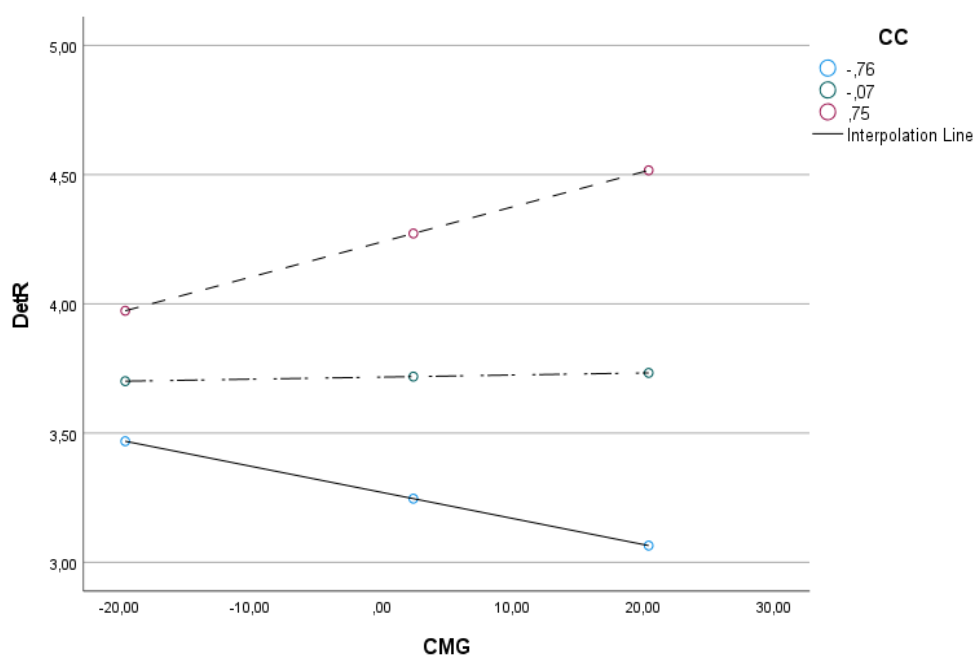
* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; + *marginalmente significativo*; NS *Não significativo*

Análise de Moderação

A fim de testar a hipótese 2 (*Espera-se que a associação entre as competências multiculturais, a capacidade de deteção de microagressões raciais e sensibilidade racial seja **moderada** pela consciência crítica*) realizaram-se duas análises de moderação.

Numa primeira análise, o modelo de regressão realizado é estatisticamente significativo, explicando 19,16% da variância ($R^2 = .192$, $F(3,59) = 4,66$, $p = .055$). Verifica-se que apenas a consciência crítica prediz a capacidade de detetar microagressões raciais ($B = .641$, $SE = .259$, $p = .016$, $CI [.122, 1.160]$). Embora o efeito global de interação não seja significativo, a análise dos efeitos condicionais por ponto focal do moderador (consciência crítica) permite verificar um efeito de interação significativo para os níveis mais baixos de consciência crítica ($B = -.0201$; $SE = .0094$; $p = .0363$; $CI [-.0389, -.0013]$). A análise da figura 1, permite verificar que no caso da baixa consciência crítica o aumento da competência multicultural resulta em menor capacidade de detetar microagressões raciais.

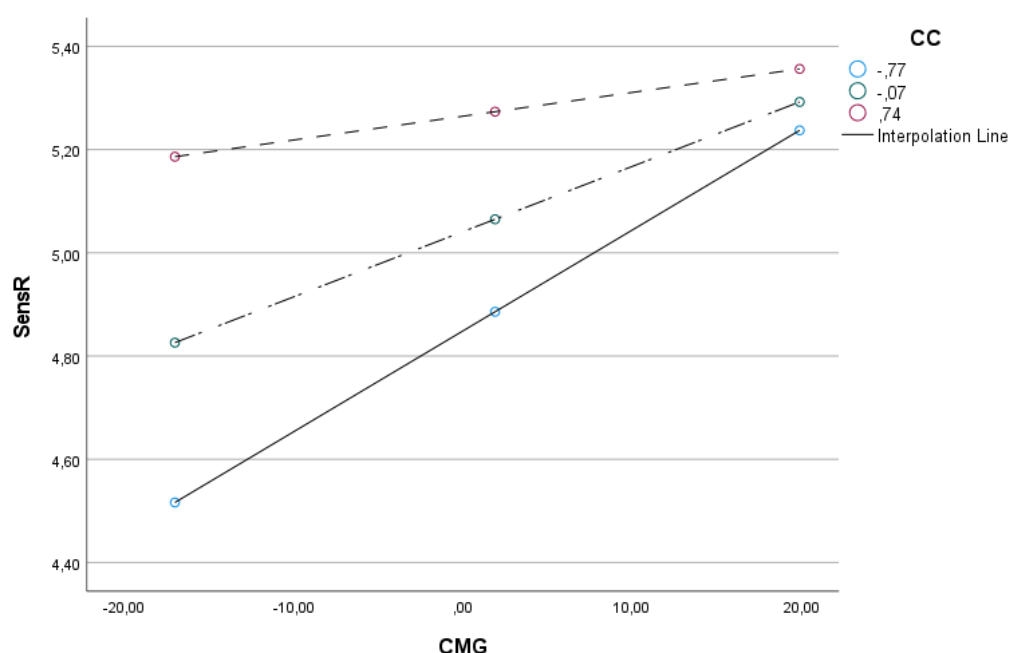
Figura 1. Gráfico representativo da Hipótese 2- Deteção de microagressões raciais



Na segunda análise, procurando testar a significância da moderadora (consciência crítica) sobre a associação entre competências multiculturais e sensibilidade racial, o modelo de regressão demonstrou-se significativo, explicando 28,7% da variância ($R^2 = .282$, $F(3,58) = 7,79$, $p = .000$). Embora o efeito global de interação não seja significativo, a análise dos efeitos condicionais por ponto focal do

moderador, permite verificar um efeito significativo nos efeitos mais baixos de consciência crítica ($B = .0195$; $SE = .0055$; $p = .0008$; $CI [.0085, .0305]$). Por sua vez, a análise da figura 1.1, permite verificar que no caso da baixa consciência crítica o aumento da competência multicultural resulta em maior sensibilidade racial.

Figura 1.1 Gráfico representativo da Hipótese 2- Sensibilidade Racial

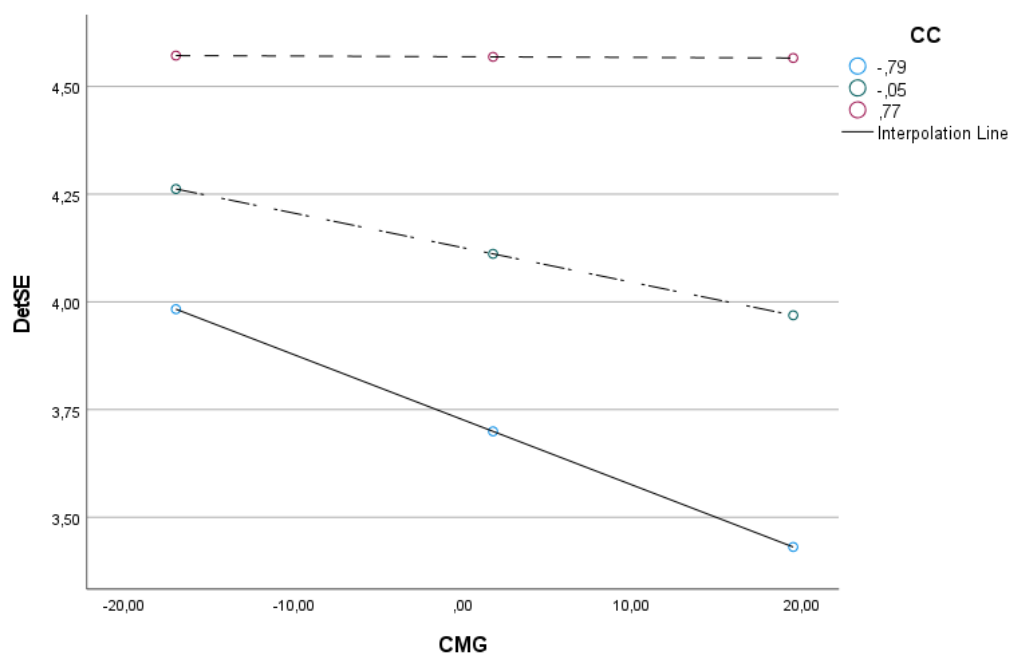


A fim de testar a hipótese 3 (*Espera-se que a associação entre as competências culturais e a capacidade de detecção de microagressões socioeconômicas e sensibilidade econômica seja **moderada** pela consciência crítica*) realizaram-se duas análises de moderação.

Para a segunda análise, testando a moderação da consciência crítica na associação entre as competências multiculturais e capacidade de detetar microagressões socioeconômicas, o modelo de regressão realizado é estatisticamente significativo, explicando 14,1% da variância ($R^2 = .141$, $F(3,56) = 3.06$, $p = .0353$). Verifica-se que apenas a consciência crítica prediz a capacidade de detetar microagressões socioeconômicas ($B = .5392$, $SE = .2421$, $p = .0300$, $CI [.0542, 1.024]$). Embora o efeito global de interação não seja significativo, a análise dos efeitos condicionais por ponto

focal do moderador (consciência crítica) permite verificar um efeito de interação significativo para os níveis mais baixos de consciência crítica ($B = -.0151$; $SE = .0071$; $p = .0362$; $CI [-.0293, -.0010]$). A figura 2, demonstra que no caso da baixa consciência crítica, o aumento da competência multicultural resulta em menor capacidade de detetar microagressões socioeconómicas.

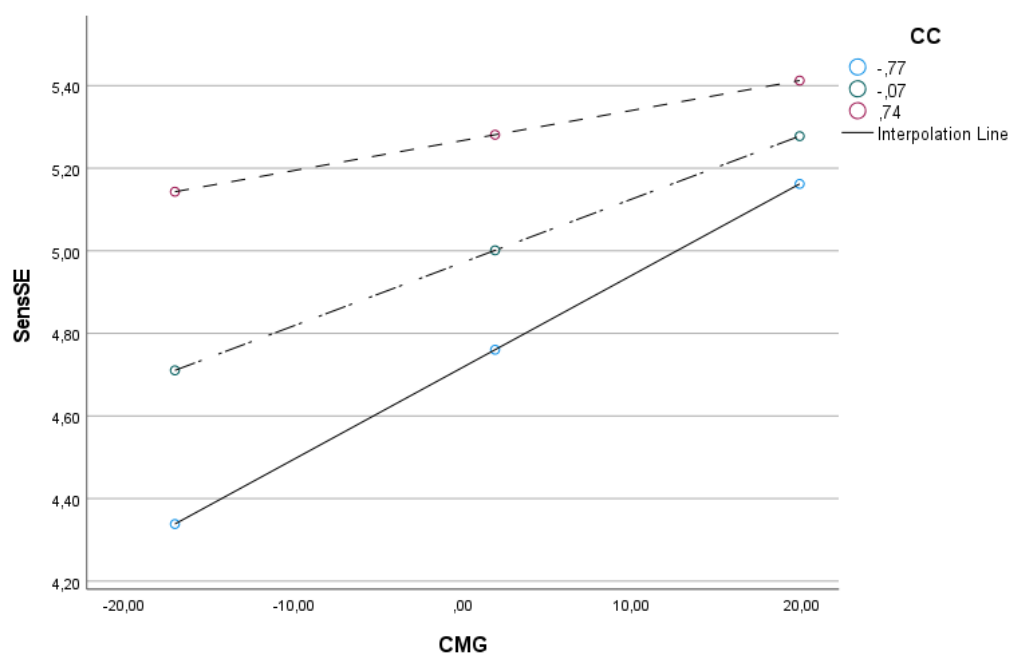
Figura 2. Gráfico representativo da Hipótese 2- Deteções de microagressões socioeconómicas



Na segunda análise, procurou-se analisar a moderação da consciência crítica na associação entre as competências multiculturais e a sensibilidade socioeconómica, o modelo de regressão realizado é estatisticamente significativo, explicando 44,1% da variância ($R^2 = .441$, $F(3,58) = 15,2$, $p = .000$). Verifica-se que a variável competências multiculturais prediz significativamente a sensibilidade económica, ($B = .0146$, $SE = .0056$, $p = .0110$, $CI [.0035, .0258]$), assim como a preditora (consciência crítica) ($B = .3624$, $SE = .0049$, $p = .0468$, $CI [-.0197, .0001]$). O efeito global de interação é significativo, assim como ao analisar os efeitos condicionais por ponto focal do moderador (consciência crítica) verifica-se um efeito de interação significativo para os níveis mais baixos de consciência crítica ($B = .0223$; $SE = .0046$; $p = .0000$; $CI [.0130,$

.0316). A figura 2.1, demonstra que no caso da baixa consciência crítica o aumento da competência multicultural resulta em menor sensibilidade socioeconómica.

Figura 2.1 Gráfico representativo da Hipótese 2- Sensibilidade socioeconómica



Discussão

À medida que a multiculturalidade cresce e vemos as áreas dos serviços sociais e de saúde imbuídos nesta realidade, torna-se necessário desenvolver métodos que consigam responder de forma eficaz e coerente às necessidades emergentes (Pitner & Sakamoto, 2005). A análise crítica, por parte de cada indivíduo, pelo seu próprio *background* cultural parece ser o foco principal desta questão, contudo essa delimitação torna-se insuficiente, sendo essencial que se ultrapasse um conhecimento e sensibilidade cultural apenas *superficial* e se desenvolva uma prática mais direcionada para a identificação e impacto das microagressões (Pitner & Sakamoto, 2005; Tervalon & Murray-García, 1998).

Em relação à primeira hipótese de estudo confirma-se a significância da associação da consciência crítica, com as dimensões da competência multicultural e na capacidade de detetar microagressões, o que está de acordo com a literatura, na medida

em que se desenvolve e aumenta a capacidade de análise crítica, tanto dos grupos marginalizados, como dos grupos agentes (Shin, 2015). Consequentemente, isto permite que as pessoas, nomeadamente, os grupos minoritários estejam conscientes sobre as desigualdades estruturais, a opressão e que consigam integrá-las no seu entendimento sobre a realidade económica e social (Godfrey & Wolf, 2015). Este processo irá mitigar os efeitos da ameaça à identidade social destes grupos, na medida em que se formaliza uma ferramenta inicial para poderem refletir sobre a sua cultura, sobre os seus valores pessoais, crenças e diminuir os efeitos de discriminação internalizada, inclusive como afirmava Paulo Freire em 1973, que a consciência crítica é a cerne da psicologia da libertação, privilegiando um estado de consciência, e *empowerment* entre grupos discriminados (Shin, 2015).

No que concerne às restantes hipóteses, conseguimos perceber o impacto da consciência crítica, na capacidade de detetar microagressões raciais e socioeconómicas, contudo verifica-se que os resultados divergem um pouco da literatura na medida, em que a associação entre a competência cultural e a capacidade de detetar microagressões, e sensibilidade cultural é positiva, mas o poder moderador da consciência crítica nem sempre é verificado de forma esperada. Os resultados sugerem que nos níveis mais baixos de consciência crítica, perante o aumento das competências multiculturais, diminui a capacidade de detetar microagressões raciais, assim como, em relação à capacidade de detetar microagressões socioeconómicas. Em relação às duas outras análises, para os níveis mais baixos de consciência crítica, perante o aumento das competências multiculturais, aumenta a sensibilidade racial, e a sensibilidade socioeconómica. Neste sentido, verifica-se a existência de valores mais positivos quanto à sensibilidade cultural, em detrimento da capacidade de deteção, ou seja, os indivíduos parecem estar mais bem preparados para algum grau sensibilidade, o que é beneficiado pelo aumento da consciência crítica, mas não conseguem colocar em devida prática essas reflexões, detetando as microagressões. Constata-se a importância da consciência crítica no sentido prático da deteção, mas os valores não foram significativos quando analisávamos os níveis altos de consciência crítica, isto pode dever-se a viés nas respostas, por efeitos não controlados.

Considerando estes resultados inesperados, podemos estar perante efeitos de desejabilidade social devido à formulação dos itens, ou seja, os/as participantes serem motivados/as a seguir a expectativa social, podendo optar por responder de forma

afirmativa sobre a existência de desigualdades estruturais, raciais, mas perante o exercício prático desse reconhecimento, os valores não coincidirão. A literatura revela que o efeito de desejabilidade social é dos maiores limitadores quanto à competência cultural das pessoas, nomeadamente dos/as psicólogos/as, tendendo a ignorar os próprios estereótipos e verdadeiras crenças, o que conseqüentemente, irá fazer diminuir a capacidade autorreflexiva e de consciência crítica sobre os mesmos, assim como diminuir a humildade cultural que pressupõe mais curiosidade e respeito pela diferença, e pelo outro (Larson & Bradshaw, 2017).

Poderá, também, estar a contribuir para os resultados disparees quanto à capacidade de detetar microagressões raciais, a falta de reconhecimento pela identidade racial, e aceitação da existência de racismo, por parte dos/as participantes. A teoria da identidade branca afirma que as pessoas brancas, para se sentirem confortáveis e reconhecerem a sua própria identidade numa sociedade racista e etnocêntrica, assim como para respeitarem os outros na mesma dimensão precisam de se envolver num processo que visa *disputar* as suas assunções e crenças (Ponterotto, 1993). Surge assim um modelo único composto partindo da falta de reconhecimento da sua própria raça e identidade, e da dos outros, contribuindo essencialmente para um estado de negação da raça e da identidade do outro ou de daltonismo social (Ponterotto, 1993; Johnson & Williams, 2014). Sem que esta negação seja ultrapassada não há possibilidade de reconhecer o privilégio branco, e de que maneira este contribui para a perpetuação do racismo, e pensar a um nível institucional e sistémico. A assunção da inexistência de racismo poderá estar a ser observada como um fator de justiça e afirmação de igualdade, considerando a valorização de critérios como sexo ou raça a algo menos justo, e por isso, poderão existir interpretações de que ao recusar a existência da diferença, se está a ser moralmente correto (Ponterotto, 1993).

Relativamente aos resultados sobre a incapacidade de detetar microagressões socioeconómicas, poderemos levar em conta o efeito da teoria da justificação do sistema, que contribui para a racionalização e justificação do sistema em vigor (Godfrey & Wolf, 2016). Incitando e corroborando crenças meritocráticas, a ética laboral de cada um, assim como a negação de um mundo injusto e explorador, várias pessoas, principalmente os grupos minoritários, atribuem a operacionalização de uma sociedade que funciona à base da autorresponsabilização *do status pessoal*, assim como consideram o sistema social, económico, político e educacional justo, legítimo e

equilibrado para todos (Godfrey & Wolf, 2016). Neste sentido, os/as participantes poderão não reconhecer a discriminação face ao nível socioeconómico, devido a crenças meritocráticas e assunções que normalizam o funcionamento do sistema atual.

Os resultados sobre a sensibilidade permitiram detalhar a importância da consciência crítica, em relação às desigualdades presentes nos sistemas estruturais, políticos e sociais, na medida em que contribui para uma posição de reflexão e consciencialização para a diferença, para os processos em que é interpretada essa diferença, assim como para a leitura dos estereótipos aplicados em situações sociais e psicoterapêuticas, ainda que uma ferramenta basilar e insuficiente (Burkard & Knox, 2004; Lee & Haskins, 2021; Pitner & Sakamoto, 2005).

No que concerne às competências multiculturais, elas não parecem ser suficientes para a capacidade de deteção de microagressões, precisamente por algumas limitações já delineadas pela literatura. O construto em si é bastante complexo de avaliar (1) pela incompreensão ou desconhecimento do significado do construto; (2) medidas psicométricas que ineficazmente avaliam a competência cultural, e que estão sujeitas a vieses, contribuindo para assunção que esta área de estudo é “não-científica”, na medida em que avaliam um estado de antecipação à experiência do que propriamente o exercício prático dessas competências, o que poderá justificar melhores resultados na sensibilidade do que na deteção (Thackrah & Thompson, 2013; Constantine & Ladany, 2000).

Os resultados apontam também para valores elevados de competências multiculturais, mas que não ilustram linear e proporcionalmente maiores capacidades de deteção, isto poderá ser explicado pelo que a literatura identifica como sobrevalorização das próprias competências, ou seja, os/as participantes acreditam ser mais competentes, conscientes e estar mais bem preparados para a diferença e diversidade cultural, do que realmente estão. Não é descabido aferir que a própria população em estudo apresenta um posicionamento privilegiado, e por isso, é importante refletirmos sobre estes resultados também da perspetiva do privilégio. A posição de centralidade da identidade branca e de pertença, ou de superioridade condiciona uma posição humilde perante a diversidade cultural, que consequentemente origina uma menor capacidade de desenvolver as competências, pois elimina a necessidade em si (Constantine & Ladany, 2000).

O presente estudo conta com limitações relevantes para a interpretação dos resultados. A amostra, composta por 64 participantes, não permite a representação geral da população, e por isso, formaliza-se uma menor generalização nos resultados, assim como não foi possível garantir a heterogeneidade da mesma, existindo maioritariamente psicólogos/as, o que poderá também enviesar as respostas, tendo em conta ser uma profissão naturalmente sensível a estes temas.

O protocolo da investigação tornou-se muito extenso, o que condicionou as participações na totalidade dos/as participantes, criando muitas desistências a meio do processo. Os instrumentos utilizados, não eram na sua maioria validados para a população portuguesa, o que pode também ser um fator de enviesamento. Ainda relacionado aos instrumentos, foi construída uma medida com o objetivo de avaliar a capacidade deteção de microagressões e a sensibilidade multicultural, composto por dois cenários ficcionados retratando microagressões no discurso de psicoterapeutas. Ora, apesar de existirem maioritariamente psicólogos/as nesta amostra, também existiam participantes com níveis de escolaridade mais baixa, assim como profissionais de outras áreas diferentes da psicologia, e por isso, a representação ficcionada de consultas terapêuticas poderá beneficiar mais especificamente o grupo de profissionais de saúde mental.

Para estudos futuros sugere-se uma reaplicação da linha de investigação, utilizando uma amostra mais diversificada, e relacionar os resultados disponíveis com o estatuto social ou académico. A investigação poderia também fazer uso de cenários representativos de situações do dia-a-dia, no meio empresarial ou institucional, assim como acrescentar um outro de microagressões heterossexistas, e articular com os conhecimentos sobre a desigualdade de género, que poderão também beneficiar das questões da consciência crítica. Por fim, seria também muito importante incluir métodos qualitativos de investigação, que permitissem os/as participantes detalharem e justificarem as suas respostas, isto poderia diminuir substancialmente os efeitos de desejabilidade social, assim como motivar à participação, inclusive, uma mais valia seria encurtar o protocolo de investigação, resumindo as medidas ao especificamente necessário.

Conclusão

Em virtude dos factos analisados, podemos considerar que os resultados estão de acordo com parte significativa da literatura, na medida em que identificamos associações significativas entre a consciência crítica, competência cultural, a capacidade de detetar microagressões e a sensibilidade. Podemos constatar que a consciência crítica tem um papel fundamental na capacidade de detetar microagressões. Todavia, os resultados contêm algumas nuances importantes de serem analisadas: aqueles/as que se consideram melhores capazes de proceder à identificação do racismo, e da discriminação, poderão ser os mesmos/as que não o conseguem fazer efetivamente, na medida em que poderão formalizar o efeito de desejabilidade social, e na verdade, não reconhecerem verdadeiramente o racismo ou a discriminação subjacente aos cenários de microagressão. Existe uma diferença entre a consciência e ser efetivamente competente. Para além disso, poderá haver uma tendência a acreditar que um mundo justo é um mundo igualitário e com isto interpretar itens relacionadas à meritocracia ou estatuto social como algo equilibrado. Embora a amostra em estudo seja pequena, o que condiciona em parte as conclusões, podemos afirmar que no geral existe uma dificuldade em reconhecer os comportamentos e as práticas mais encobertas de discriminação e preconceito, que se desenrolam a nível social, e psicoterapêutico.

O presente estudo demonstra-se fundamental para sublinhar a importância de rever e desenvolver os meios disponíveis para colmatar as dificuldades atuais, ao nível nacional, no âmbito da multiculturalidade. Atualmente vivemos num cenário global, cada vez mais multicultural, e a própria psicologia não pode ser desvinculada destes processos, sendo por isso necessário desenvolver ferramentas multiculturais que permitam criar intervenções psicoterapêuticas mais responsivas, tendo em conta a cultura e a individualidade das pessoas que pertencem a grupos minoritários (Canen & Oliveira, 2002; Wahlbeck et al., 2017). As áreas das competências multiculturais são frequentemente analisadas como ferramentas maioritariamente individuais, e desta forma, as medidas de avaliação e intervenção são também direcionadas neste caminho, mas é importante reconhecer a sua raiz institucional e sistémica para alargar os setores de intervenção e colmatar barreiras que ainda hoje pareçam impercetíveis (Thackrah & Thompson, 2013).

Devem ser desenvolvidas práticas que desenvolvam o conhecimento da sociedade sobre esta matéria, nomeadamente, que sejam desenvolvidas capacidades e competências atitudinais e comportamentais; sejam estruturados modelos de intervenção multicultural com grupos minoritários; sejam partilhados e observados vídeos; seja formulado feedback em contexto empresarial, educativo e de saúde; sejam formalizadas formações sobre as áreas da multiculturalidade (Tervalon & Murray-García, 1998). Importa não descurar da importância das instituições e alargar os setores de intervenção fomentando as práticas e o reconhecimento da diferença, nomeadamente através da empregabilidade multicultural; do investimento no recrutamento de pessoas que desenvolvam programas de promoção de valores e competências multiculturais (Major & Schamer, 2017).

Seria também essencial que a investigação atual se debruçasse sobre o desenvolvimento de métodos qualitativos, observações, entrevistas, jornais reflexivos, substituindo os formatos dos questionários tradicionais, tendo em conta que a literatura na área tem colocado em causa a eficácia nos métodos quantitativos (Thackrah & Thompson, 2013).

Referências Bibliográficas

- Bhopal, K. (2020). Confronting White privilege: the importance of intersectionality in the sociology of education. *British Journal of Sociology of Education*, 41(6), 807–816. doi.org/10.1080/01425692.2020.1755224
- Brown, L. S. (2009). Cultural competence: A new way of thinking about integration in therapy. *Journal of Psychotherapy Integration*, 19(4), 340–353. doi.org/10.1037/a0017967
- Burkard, A. W., & Knox, S. (2004). Effect of Therapist Color-Blindness on Empathy and Attributions in Cross-Cultural Counseling. *Journal of Counseling Psychology*, 51(4), 387–397. doi.org/10.1037/0022-0167.51.4.387
- Cabral, R. R., & Smith, T. B. (2011). Racial/ethnic matching of clients and therapists in mental health services: a meta-analytic review of preferences, perceptions, and outcomes. *Journal of Counseling Psychology*, 58(4), 537–554. doi.org/10.1037/a0025266
- Cadenas, G. A., Lynn, N., Li, K. M., Liu, L., Cantú, E. A., Ruth, A., Carroll, S., Kulp, S., & Spence, T. (2020). Racial/Ethnic Minority Community College Students' Critical Consciousness and Social Cognitive Career Outcomes. *The Career Development Quarterly*, 68(4), 302–317. doi: 10.1002/cdq.12238
- Canen, A, Oliveira, M. A. A, (2002). Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação*. doi: 10.1590/S1413-24782002000300006
- Cerqueira, C., Santos, M. H., & Filice, R. G. (2021). Desigualdades sociais e medidas de ação afirmativa: entre avanços, resistências, incompreensões e novos desafios. *Ex Aequo - Revista Da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres*, 44. doi.org/10.22355/exaequo.2021.44.02
- Constantine, M. G., & Ladany, N. (2000). Self-report multicultural counseling competence scales: Their relation to social desirability attitudes and multicultural case conceptualization ability. *Journal of Counseling Psychology*, 47(2), 155–164. doi.org/10.1037/0022-0167.47.2.155

- Constantine, M. G. (2007). Racial microaggressions against African American clients in cross-racial counseling relationships. *Journal of Counseling Psychology*, 54(1), 1–16. doi.org/10.1037/0022-0167.54.1.1
- Diemer, M. A., Rapa, L. J., Park, C. J., & Perry, J. C. (2016). Development and Validation of the Critical Consciousness Scale. *Youth & Society*, 49(4), 461–483. doi: 10.1177/0044118x14538289
- Lee, A. T., & Haskins, N. H. (2021). Toward a culturally humble practice: Critical consciousness as an antecedent. *Journal of Counseling & Development*, 100(1), 104–112. doi.org/10.1002/jcad.12403
- Godfrey, E. B., & Wolf, S. (2016). Developing critical consciousness or justifying the system? A qualitative analysis of attributions for poverty and wealth among low-income racial/ethnic minority and immigrant women. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 22(1), 93–103. doi: 10.1037/cdp0000048
- Hernández, P., Almeida, R., & Dolan-Del Vecchio, K. (2005). Critical Consciousness, Accountability, and Empowerment: Key Processes for Helping Families Heal. *Family Process*, 44(1), 105–119. doi: 10.1111/j.1545-5300.2005.00045.x
- Hook, J. N., & Davis, D. E. (2019). Cultural Humility: Introduction to the Special Issue. *Journal of Psychology and Theology*, 47(2), 71–75. doi.org/10.1177/0091647119842410
- Hook, J. N., Davis, D. E., Owen, J., Worthington, E. L., Jr., & Utsey, S. O. (2013). Cultural humility: Measuring openness to culturally diverse clients. *Journal of Counseling Psychology*, 60, 353–366. [Crossref](#), [Medline](#), [Google Scholar](#)
- Johnson, A., & Jackson Williams, D. (2015). White racial identity, color-blind racial attitudes, and multicultural counseling competence. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 21(3), 440–449. doi.org/10.1037/a0037533

- Kaika, M. (2017). Between compassion and racism: how the biopolitics of neoliberal welfare turns citizens into affective “idiots.” *European Planning Studies*, 25(8), 1275–1291. doi.org/10.1080/09654313.2017.1320521
- Larson, K. E., & Bradshaw, C. P. (2017). Cultural competence and social desirability among practitioners: A systematic review of the literature. *Children and Youth Services Review*, 76, 100–111. doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.02.034
- Major, B., & Schmader, T. (2017). Stigma, Social Identity Threat, and Health. In B. Major, J. F. Dovidio, & B. G. Link (Eds.), *Oxford Handbooks Online*. Oxford University Press. doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190243470.013.3
- Miles, J. R., Anders, C., Kivlighan, D. M., & Belcher Platt, A. A. (2021). Cultural ruptures: Addressing microaggressions in group therapy. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice*, 25(1), 74–88. doi.org/10.1037/gdn0000149
- Murrell, A. J., Dietz-Uhler, B. L., Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., & Drout, C. (1994). Aversive Racism and Resistance to Affirmative Action: Perception of Justice Are Not Necessarily Color Blind. *Basic and Applied Social Psychology*, 15(1-2), 71–86. doi.org/10.1080/01973533.1994.9646073
- Ponterotto, J. G. (1993). White Racial Identity and the Counseling Professional. *The Counseling Psychologist*, 21(2), 213–217. doi.org/10.1177/0011000093212002
- Tervalon, M., & Murray-García, J. (1998). Cultural Humility Versus Cultural Competence: A Critical Distinction in Defining Physician Training Outcomes in Multicultural Education. *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, 9(2), 117–125. doi.org/10.1353/hpu.2010.0233
- Owen, J., Tao, K. W., Imel, Z. E., Wampold, B. E., & Rodolfa, E. (2014). Addressing racial and ethnic microaggressions in therapy. *Professional Psychology: Research and Practice*, 45(4), 283–290. doi.org/10.1037/a0037420
- Rosas, J. C. (2007). Sociedade Multicultural: conceitos e modelos. *Relações Internacionais*. 47-56.
- Shin, R. Q., Ezeofor, I., Smith, L. C., Welch, J. C., & Goodrich, K. M. (2016). The development and validation of the Contemporary Critical Consciousness

Measure. *Journal of Counseling Psychology*, 63(2), 210–223. doi:
10.1037/cou0000137

Spengler, E. S., Miller, D. J., & Spengler, P. M. (2016). Microaggressions: Clinical errors with sexual minority clients. *Psychotherapy*, 53(3), 360–366.
doi.org/10.1037/pst0000073

Stubbe, D. E. (2020). Practicing Cultural Competence and Cultural Humility in the Care of Diverse Patients. *FOCUS*, 18(1), 49–51.
doi.org/10.1176/appi.focus.20190041

Vines, A. I., Ward, J. B., Cordoba, E., & Black, K. Z. (2017). Perceived Racial/Ethnic Discrimination and Mental Health: a Review and Future Directions for Social Epidemiology. *Current Epidemiology Reports*, 4(2), 156–165.
doi.org/10.1007/s40471-017-0106-z.